

241 - Doutor João Mendes da Costa Filho

Dados Biográficos

Nascimento - 03 de setembro de 1905, Feira de Santana - BA.

Filiação - João Mendes da Costa e de Maria Augusta Falcão da Costa.

Formação e atividades principais - fez os estudos primários com a professora Isaura Paiva, em Feira de Santana, e os de Humanidades, no Ginásio João Florêncio Gomes, concluindo-os no Ginásio Ipiranga. Diplomou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia em 1927.

Em 1928, no governo de Vidal Soares, foi nomeado Delegado de Amargosa, no interior do estado, e Auditor da Força Pública da Bahia. Mais tarde, foi transferido para Cachoeira e, em 1930, passou a Delegado da 1ª Circunscrição em Salvador. Ao deixar a polícia, passou a advogar em Cachoeira. Ingressou na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção da Bahia, em agosto de 1932, e foi presidente da Subseção desta entidade na cidade de Cachoeira.

Elegeram-se, em outubro de 1934, Deputado à Constituinte baiana, tomando posse em maio do ano seguinte. Com a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer mandato legislativo ordinário. Em 1937, aliou-se à oposição ao Governador Juraci Magalhães, sob a liderança de Otávio Mangabeira. Neste ano, com a implantação do Estado Novo e o conseqüente fechamento de todos os órgãos legislativos do país, perdeu seu mandato.

Em 1945, ainda sob o Estado Novo, surgiram os novos partidos políticos e João Mendes filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) na Bahia. No dia 29 de outubro daquele ano, Getúlio Vargas foi deposto pelos chefes militares e o poder passou ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. As eleições marcadas em maio foram mantidas e, em 02 de dezembro, o candidato do Partido Social Democrático (PSD) à Presidência da República, General Eurico Gaspar Dutra, venceu

as eleições, derrotando o candidato udenista, Brigadeiro Eduardo Gomes. Nessa mesma data João Mendes elegeu-se Deputado Federal pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte, na legenda da UDN. Empossado em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, exerceu mandato legislativo ordinário até janeiro de 1951. Durante essa legislatura, integrou à Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Candidatou-se à reeleição, sempre pela UDN baiana, em outubro de 1950, obtendo apenas a segunda suplência. Só retornou a Câmara dos Deputados em fevereiro de 1959, depois de eleito Deputado Federal, ainda pela UDN, em outubro do ano anterior. Como Deputado, foi um dos fundadores e presidente da Ação Democrática Parlamentar (ADP), bloco interpartidário surgido no primeiro semestre de 1961, que tinha como objetivo combater a infiltração comunista na sociedade brasileira, e constituiu, sobretudo, uma resposta dos setores conservadores à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), agrupamento de deputados nacionalista de esquerda, atuantes desde o final do governo Juscelino Kubitschek. A ADP moveu acirrada oposição à política externa de aproximação com os países do Terceiro Mundo e da área socialista, iniciada na presidência de Jânio Quadros e que iria continuar no Governo de João Goulart. Em agosto de 1961, pouco antes da renúncia de Jânio, João Mendes fez um discurso em nome da ADP, condenando a condecoração do Ministro cubano “Che” Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul pelo Presidente Jânio Quadros, acusando o governo de degradar “a principal ordem honorífica brasileira” ao conferi-la a um “servidor do comunismo internacional”. Os integrantes da ADP foram acusados de receber financiamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização que recolhia contribuições em dinheiro entre empresários brasileiros e estrangeiros com o fim de auxiliar os políticos que faziam oposição ao governo Goulart.

Nas eleições de outubro de 1962, já no governo parlamentarista de Goulart, João Mendes foi reeleito Deputado Federal. Nessa legislatura liderou o grupo de parlamentares conservadores que se opunha às reformas de base e que rejeitou o projeto de lei de reforma agrária, enviado pelo Presidente Goulart ao Legislativo em março de 1963, já, portanto, no regime presidencialista. Foi também membro das comissões de Justiça e de Segurança Nacional da Câmara.

João Mendes participou intensamente dos entendimentos e articulações que conduziram ao movimento político - militar de 31 de março de 1964, responsável pela deposição de Goulart e pela

instauração de novo regime no país. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se, no início de 1966, à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Com o término do seu mandato, em janeiro de 1967, abandonou a atividade parlamentar, voltando a advogar.

Condecorações - Ordem do Mérito Jurídico Militar - Alta Distinção e Medalha Mérito Tamandaré.

Atividades no STM - nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar pelo decreto de 20 de junho de 1968, tomando posse em 03 de julho do mesmo ano.

Trabalhos publicados - “Pena de Morte” (Monografia apresentada ao formar-se, comemorando o Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos do Brasil; “Instituição do Júri”; “Governos Fortes e Governos de Força”; “Apropriação Indébita”; “Recurso Extraordinário e seu Cabimento”; “Da Simulação”; “O Poder Judiciário e os Atos Administrativos”; “O Crime de Barra da Estiva”; “Mandado de Segurança”; “Crime de Furto”; “A Constituição de São Paulo”; “Legítima Defesa”; “Propriedade, Desapropriação, Inquilinato - O Bem Estar Social da Constituição de 1946”; “Instituto dos Advogados, sua Função Política”; “Soberania do Juri e o art. 593 - III - do Código Penal”; Discursos Parlamentares.

Foi casado com Maria Madalena Mendes da Costa.

Falecimento - 25 de março de 1971, no Rio de Janeiro - RJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 2205.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações: João Mendes da Costa Filho**. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.